



## Os estudos camonianos de Afrânio Peixoto\*

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO  
Catedrático de Literatura Latina da Universidade de Coimbra

Na primeira de uma série de conferências dedicadas a Afrânio Peixoto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (U.E.R.J.), o Professor Oscar Tenório, distinto jurista e antigo Reitor daquela Universidade, tratou de Afrânio Peixoto humanista.

O Professor Tenório entendeu humanista no sentido mais amplo da palavra, aquele que está contido no famoso verso da comédia **Heautontimorumenos**, “O homem que se castiga a si próprio”, de Públio Terêncio Africano. Diz o verso latino: “Homo sum, humani nihil a me alienum puto” – “Sou um homem e nada do que é humano tenho por alheio”.

Essa é a maneira contemporânea de entender **Humanismo** como compreensão do homem na multiplicidade de sua atuação e na variedade do pensamento que informa tal atuação.

Deste modo, a prestigiosa palavra “humanista” encontra-se muito longe do sentido original, que supunha uma educação nas literaturas grega e latina, obtida diretamente nos textos, graças ao conhecimento das duas línguas sábias, o grego e o latim, ou, ao menos, da segunda.

Afrânio Peixoto, foi humanista **lato sensu**, tal como o entendeu o Professor Tenório. Mas não foi menos humanista no significado mais restrito do termo, como pode verificar quem quer que se dê ao trabalho de ler, por exemplo, o seu estudo “Virgílio e Camões”.

Ousarei mesmo afirmar que possuía um conhecimento da épica romana, e da própria língua latina, que se não encontra hoje nos diplomados universitários em Latim.

\* Conferência realizada na solenidade de encerramento do ano letivo do Centro de Estudos do RGPL, em 14 de dezembro de 1976.



Afrânio, lendo o seu  
brilhante trabalho sobre  
folklore 30.X.1941. Confere Afrânio

Pedro Calmon, revelando um aspecto desconhecido de seu talento, esboçou certa vez, na Academia de Letras, este retrato de Afrânio, aprovado pelo modelo. (Reprodução de Afrânio Peixoto, 1876-1947; Catálogo da "Exposição comemorativa do centenário do nascimento", inaugurada em julho de 1976. Pref. de Pedro Calmon. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976 103 pp.)

Antes de entrar na apreciação dos estudos que dedicou ao poeta máximo da língua portuguesa, não quero deixar no esquecimento duas tarefas camonianas que merecem referência especial, pela sua originalidade: foi co-autor do primeiro **Dicionário de Os Lusíadas** e o primeiro responsável pela criação da cadeira de Estudos Camonianos na Universidade de Lisboa, iniciativa sua, apoiada financeiramente pela generosidade de um português do Brasil, chamado Zeferino de Oliveira.

Esta circunstância, aliada ao mérito dos seus trabalhos literários, de certo pesou na decisão que as duas mais antigas Faculdades de Letras portuguesas tomaram de incluir Afrânio Peixoto, “Honoris Causa”, entre os seus doutores. Coimbra deu-lhe ainda o mesmo grau em Medicina, ficando assim o professor brasileiro a pertencer ao claustro doutoral conimbricense, por duas Faculdades. Creio que é caso único, pelo menos na Universidade de Coimbra.

A parte de sua obra que esta noite nos interessa são os **Ensaio Camonianos**, conferências feitas em ocasiões e lugares variados, publicados em separata, e reunidos, mais tarde, no volume impresso em Coimbra, em 1933, reimpresso em São Paulo em 1944, e voltado a imprimir nas **Obras Completas**, em 1947.

Recentemente, foram de novo editados numa coletânea de **Estudos Camonianos**, “reedição de ensaios de autores brasileiros já falecidos, sobre a vida e obra de Luís de Camões, por iniciativa da Comissão Especial designada pelo Ministério da Educação e Cultura para o fim de preparar e organizar as comemorações do IV Centenário da Publicação d’ **Os Lusíadas** . Aí se podem ler não só todos os **Ensaio Camonianos**, mas ainda três artigos de Afrânio Peixoto, saídos na revista **Arquivo Camoniano**.

Valerá a pena recordar os títulos, tanto de cada um daqueles ensaios como os destes artigos. São os seguintes, pela ordem em que se encontram na publicação de 1972:

- 1 – Camões Épico.
- 2 – Camões Lírico.
- 3 – O Parnaso de Camões, Fonte d’ **Os Lusíadas**.
- 4 – Virgílio e Camões: homenagem camoniana ao bimilenário do poeta latino.
- 5 – Juan de Mena e Luís de Camões.
- 6 – O endereço d’ **Os Lusíadas**.
- 7 – O Velho do Restelo.
- 9 – Camões humorista.
- 9 – Camões e a Medicina.
- 10 – A Língua Camões.
- 11 – O Morgado de Mateus editor d’ **Os Lusíadas**.
- 12 – **Os Lusíadas** de D. Pedro II.
- 13 – Camões e o Brasil.

Os três artigos da revista **Arquivo Camoniano**, insertos na coletânea de 1972 são:

- 14 – Camões, poeta escolar. A Direção da Mocidade.

15 — Camões, poeta social.

16 — **Os Lusíadas** (Prefácio da edição Museu do Instituto Nacional do Livro).

Estes artigos, num total de dezesseis, são uma sùmula de quanto se sabia sobre Camões, à roda de 1930, e é na verdade surpreendente a informação bibliográfica que Afrânio Peixoto possuía sobre livros, ensaios e artigos a respeito de Camões, na sua maioria publicados fora do Brasil.

Vê-se que o autor dos **Ensaaios Camonianos** conhecia bem a bibliografia mais importante sobre o assunto e a leu refletida e criteriosamente. Tirando um pequeno lapso de que adiante falarei, não se encontram nos seus trabalhos certos deslizes que é freqüente descobrir em autores estrangeiros, mesmo os melhores, até naqueles que trazem contribuições originais, em matéria de Cultura Portuguesa.

Naturalmente, as suas opiniões estão condicionadas, na maior parte dos ensaios, à bibliografia que utilizou, e sofreram o desgaste que o tempo impôs aos conhecimentos de há cinqüenta anos. Mas em muitos dos seus estudos há sensatas opiniões próprias, correções a erros anteriores, inovações, freqüentemente aceitáveis, enfim, valiosas achegas pessoais.

Um dos domínios em que a compreensão de Camões sofreu maiores alterações nos últimos tempos é o da maneira como foi elaborada a sua espantosa cultura. Dele escreveu o americano Leonard Bacon, seu último tradutor em verso inglês: “Camões is almost as pedantically meticulous as a German Ph. D.”.

Na verdade, durante anos, pensou-se, e ainda é corrente ler-se que toda a formação cultural que o poeta possuiu, a deveu apenas aos seus anos de estudo em Coimbra, sobre os quais, aliás, não há documentação burocrática.

Nesta ordem de idéias, Afrânio Peixoto cita K. G. Jayne, **Vasco da Gama and his successors**, Londres, 1910, comentando: “Jayne, um estrangeiro, considerou que Coimbra realizou o ideal do Humanismo, julgando-o pelo saber que aí adquiriu o poeta, em literatura clássica, mitologia, história, geografia, astronomia e literaturas de Portugal, Espanha, Itália . . . familiaridade pelo menos com dezenove autores gregos e latinos, muitos dos quais deveram ser lidos no original porque não haviam sido traduzidos”. (**Estudos Camonianos**, Rio, 1972, pp. 34-35).

As referências a Coimbra e aos estudos efetuados por Camões são de Jayne, traduzido por Afrânio Peixoto, na citação que acabo de ler.

O alto nível dos estudos humanísticos de Coimbra, sobretudo no Mosteiro de Santa Cruz, pois o Colégio das Artes só veio a ser fundado por D. João III em 1548, é confirmado por tudo quanto sabemos hoje. Se mais testemunhos não houvera, a biblioteca de Santa Cruz, salva em grande parte por Alexandre Herculano que a transferiu para a Biblioteca Municipal do Porto, aí está ainda hoje a atestar a informação bibliográfica dos frades e seus mestres, com a sua abundância e riqueza em livros que Camões podia ter lido.

Ora, em Santa Cruz de Coimbra, embora disso não tenhamos documentos escritos, quase de certeza Camões estudou.

No capítulo inicial do meu livro **Estudos Camonianos**, publicado em Coimbra, em 1975, retomei os versos de Falcão de Resende na “Satyra II: A Luís de Camões” que são certamente biográficos. André Falcão, de que es-

bocei a vida em outro livro, intitulado **Estudos sobre a Época do Renascimento**, Coimbra, 1969, conhecia bem Camões de quem era amigo, e sabia, portanto, o que dizia.

Os versos em que descreve a melancolia dos últimos anos do poeta, após o regresso da Índia e a publicação de **Os Lusíadas**, são:

Logo algum vil esp'rito o nota e acusa:  
Vedes o triste (diz aos do seu bando),  
Que é bacharel latino, e nada presta,  
É poeta o coitado, é monstro nefando.  
Na noite, que mal dorme, ou ardente sesta,  
Compõe sonetos por seu passatempo,  
E sua pequice em versos manifesta.

Este título de “bacharel latino”, ou diplomado com o curso de Artes, correspondente ao mesmo tempo aos estudos preparatórios para as diversas Faculdades, que não exigiam o curso completo de Artes, e a uma formatura em Letras, consistia sobretudo no conhecimento de autores latinos e gregos e implicava um domínio perfeito da língua latina. E tal curso e tal grau de bacharel existiam no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, uma congregação de preocupações intelectuais, famosa desde a Idade Média. Para se avaliar do prestígio social dos frades cruzios, recordemos que eles tinham o direito a usar “Dom”, tratamento nobiliárquico que no século XVI, em Portugal, não era dado a toda gente.

Ora é com a evidente satisfação de quem algum dia fez parte da comunidade acadêmica que Camões descreve o grau de “baccalaureus” ou “bacharel”, tirando-o do latim “baccarus” e “laurus” na famosa estância sobre a Universidade que D. Dinis transferiu para Coimbra em 1307, depois de a ter fundado em Lisboa, em 1290. Camões omite a fase lisboeta da escola:

*Fez primeiro em Coimbra exercitar-se  
O valeroso ofício de Minerva  
E de Helicon a Musas fez passar-se  
A pisar do Mondego a fértil erva.  
Quanto pode de Atenas desejar-se,  
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva,  
Aqui as capelas dá tecidas de ouro,  
Do bácaro e do sempre verde louro.*

Nada tenho a opor à importância dos estudos feitos em Coimbra por Luís de Camões. Mas não posso aceitar absolutamente à letra as considerações de Wilhelm Storck em **Vida e Obras de Luís de Camões**, livro traduzido do alemão por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, e citado por Afrânio Peixoto, no passo seguinte: “a quantidade e variedade de saber científico manifestado nas obras de Camões causa admiração, principalmente se considerarmos a raridade de bibliotecas volumosas, e o alto valor dos códices impressos e manuscritos que naquelas eras dificultava aos estudiosos as aquisições e até mesmo o uso dos livros. Mas admiração muito mais intensa desperta a fidelidade e

segurança da memória do Poeta. Quer esteja em Coimbra, quer em Lisboa, em Ceuta, Goa, Malaca, Banda, Macau ou Moçambique, quer ande na terra ou vague no alto mar, em toda a parte dispõe de múltiplos e vastíssimos conhecimentos em história universal geografia, astronomia, mitologia clássica, literaturas antigas e modernas, poesias culta e popular, tanto da Itália como das Espanhas, aproveitando-as com a mais perfeita exatidão, como filho legítimo do período do Renascimento e humanista dos mais doutos e distintos do seu tempo” (**Estudos Camonianos**, 1972, p. 35).

Tudo isto está certo, mas uma restrição devo fazer à “raridade de bibliotecas volumosas, e o alto valor dos códices impressos e manuscritos que naquelas eras dificultava aos estudiosos as aquisições e até mesmo o uso dos livros”.

Creio que há aqui muito de exagero. Para obviar à decantada “raridade de bibliotecas volumosas”, há quem tenha lembrado as grandes coletâneas de curiosidades eruditas, verdadeiras enciclopédias de erudição clássica, como a **Officina** de Ravisius Textor. Assim fez, ocasionalmente, José Maria Rodrigues, por exemplo.

Mas a verdade é que, em meados do século XVI, e até antes, o livro impresso não era coisa tão rara como se supunha em 1898, quando D. Carolina Michaëlis publicou em Lisboa a tradução do seu compatriota W. Storck. Era uma crença da época que originou, por vezes, problemas bem curiosos.

Para mencionar só um deles, recordemos a famosa questão da autoria do teatro de Shakespeare que uma solteirona americana de seu nome Delia Salter Bacon em livro publicado em 1856 (e vários artigos impressos antes dessa data) resolveu atribuir a outros que não o famoso ator e empresário. Um dos argumentos, repetido mais tarde por um autodidata que se converteu à teoria, ninguém menos que o famoso Mark Twain, era o de que no seu testamento William Shakespeare não mencionava obras impressas e dava mais importância a uma espada, a taças prateadas e até a uma cama relativamente modesta, do que a livros que parecia não ter possuído. Escrevia assim Mark Twain em 1909: “O testamento de Shakespeare é eminente e visivelmente o de um negociante e não o de um poeta. Não menciona um único livro. Ora livros eram então muito mais preciosos do que espadas e vasos prateados e camas, não das melhores (second-best beds), e quando alguém perto da morte possuía um dava-lhe importante lugar no seu testamento (Irving Wallace, **The Nympho and other Maniacs**, Nova Iorque,<sup>4</sup> 1973, pg. 312).

Hoje, que a cultura europeia do século XVI é melhor conhecida, e o acervo de livros produzido pelos impressores quinhentistas está sendo arrolado em todo o mundo, a obra impressa não pode ser considerada coisa tão rara. No capítulo I dos meus **Estudos Camonianos** refiro como em Ceuta e, mais tarde, em Goa, não faltavam livros nem quem os possuísse. E Camões podia continuar a ler e a estudar nos intervalos das expedições militares em que tomou parte ou levar consigo um ou mais livros de pequeno porte, diminutos no tamanho e menores ainda que os atuais livros de bolso.

Além disso, o seu amigo Garcia Orta, que era mestre em Artes e doutor em Medicina, certamente possuía livros, o Colégio goês de São Paulo tinha bons humanistas entre os mestres da Companhia de Jesus, e em Goa funciona-

va a imprensa já em 1556, quando Camões por lá andava.

É preciso não esquecer que na Índia os portugueses não foram encontrar populações nativas incultas e iletradas, como nas costas do Oceano Atlântico, mas uma civilização mais rica e mais antiga do que a européia, embora diferente.

Por isso, não satisfaz as exigências de um comentário atualizado a nota de certo editor recente à famosa e difícil estância camoniana de “O Desconcerto do Mundo”:

*Dirá Platão: “Por ver o Etna e o Nilo  
Fui a Sicília, ao Egito e a outras partes,  
Só por ver e escrever em alto estilo  
Da natural ciência em muitas artes. . .”  
O tempo é breve, e queres consumi-lo,  
Platão, todo em trabalhos? E repartes  
Tão mal de teu estudo as breves horas,  
Que, enfim, do falso Febo o filho adoras?”*

Um comentador recente, em edição escolar, escreveu: “Camões, que compôs este poema em África ou na Índia, sem livros de consulta, parece que se enganou aqui. Queria dizer, em vez de Febo, Crono, porque este (entre os romanos Saturno) é que foi pai de Zeus (Júpiter), o pai dos deuses, a quem naturalmente adorava Platão. Quer dizer Camões que o filósofo gastava o tempo precioso a adorar um deus falso”.

A conclusão é óbvia e não precisava de nota. Mas creio que em matéria mitológica quem está enganado é o moderno comentador. Na verdade, enquanto Zeus não tem qualquer papel de relevo na obra platônica, outro tanto não acontece com Febo ou Apolo a quem Platão é associado nas *Vitae* gregas que chegaram até nós, a ponto de uma delas a seu propósito escrever: “Platão era divino e criatura de Apolo”. O compilador Diógenes de Laércio escreveu em honra do filósofo um epigrama em que, aproveitando uma lenda mítica segundo a qual o próprio Apolo seria o pai de Platão, afirma ter o deus gerado dois filhos, um, médico do corpo, Esculápio, e outro, médico da alma, Platão.

A *Epinomis* um dos tratados últimos, quer seja do filósofo ou de um discípulo, mostra bem qual o papel que Platão atribuía a Apolo-Hélios, e é possível que Camões tenha tomado Hélios, ou o Sol, por filho de Febo, na constituição política da cidade futura.

Penso que a ignorância é nossa, por não conhecermos o livro humanístico em cuja leitura Camões se baseou para o passo em questão, e de forma alguma admito que o poeta tivesse cometido o erro, difícil de aceitar num humanista, de confundir Febo-Apolo com Cronos, conforme quer o citado comentador nosso contemporâneo.

Mas, se utilizarmos o testemunho de *Lusíadas* III, estâncias 1 e 2, o filho de Febo ou Apolo é Orfeu, o aedo mítico, cujo nome serviu para encabeçar doutrinas místicas de épocas variadas, algumas até da era cristã. A tradição órfica é anterior a Platão e os especialistas deste filósofo acentuam a sua influência em doutrinas platônicas como a da superioridade da alma sobre o corpo: “Platão, de fato, considerava a religião de Orfeu e a sua própria filoso-

fia como complementares” (W.K.C. Guthrie, *Orphée et la religion grecque*. Paris, 1956, p. 270).

Camões podia ter sido informado de Orfeu e do Orfismo em Platão, através dos escritos dos platonistas do Renascimento, como Marsílio Ficino que traduziu Platão para latim e admirava Orfeu, com quem gostava de ser comparado. (Cf. Paul Oskar Kristeller, *Renaissance Thought II*, New York, 1965, pp. 98 e 157).

No rescaldo da famosa batalha naval de Diu, ganha nas costas da Índia em 1509, pelo vice-rei D. Francisco de Almeida, não faltaram obras impressas. Escreve D. Jerônimo Osório, no *De Rebus Emmanuelis Gestis* que cito na tradução setecentista de Filinto Elísio, por não ter à mão o original latino: “Compunha-se o exército inimigo de tão variadas nações, que no esbulho das Nãos se deo com livros escritos em Latim, Toscano, Sclavão, Francês e Castelhana” (II, p. 127, ed. de Lisboa, 1804).

Passava-se isto no Oriente e no começo do século XVI. No fim do século, em Espanha, quando o padre-cura e o barbeiro resolveram fazer o expurgo da biblioteca do engenhoso fidalgo D. Alonso Quijada ou Quijana, que tanto lera livros de cavalarias que treslera, encontraram “mais de cem grossos e grandes volumes, bem encadernados, e outros pequenos”. E Miguel de Cervantes Saavedra não nos pinta o seu D. Quixote como um fidalgo de grandes posses. Antes pelo contrário! A sobrinha do fantástico cavaleiro andante expressamente declara que ele é pobre.

A riqueza editorial do século XVI cria constantemente problemas novos ou obriga a equacionar outros que já se consideravam resolvidos.

Recordarei apenas um caso, relacionado com Camões. Ao explicar a forma “Adamastor”, que já serviu para sugerir que Camões saberia pouco ou nenhum grego, insinuação disparatada como provo no referido livro de *Estudos Camonianos*, supôs-se que o poeta recolhera o nome do gigante onde também o fora buscar Rabelais, a saber, a *Officina* de Ravisius Textor, mencionado atrás, que saiu em Paris em 1523.

Tive ocasião de apontar em 1972, como fonte mais provável, o dicionário latino de Élio Antônio de Nebrija, muito usado em Portugal no século XVI, especialmente na edição de 1545, a primeira a incluir um vocabulário de nomes próprios onde *Adamastor* é a única forma conhecida, e atribuída a Claudiano, primando pela ausência a supostamente mais correta, *Damastor*. Esse suplemento com os nomes próprios foi publicado em Antuérpia por um antigo professor de Medicina de Coimbra, chamado Luís Nunes (os médicos eram então *doublés* de literatos), que o precedeu de uma dedicatória ao reitor da universidade conimbricense, Frei Diogo de Murça. Existem muitos exemplares deste livro nas principais bibliotecas portuguesas.

Ainda hoje creio como mais provável que tenha sido esta a obra de referência onde Camões encontrou o seu *Adamastor*. Mas em 1975, chegado ao Rio de Janeiro, e começando a frequentar a Seção de Livros Raros da Biblioteca Nacional, possuidora de numerosas obras valiosíssimas que vieram com D. João VI da Real Biblioteca da Ajuda, aí fui encontrar, por sugestão do bibliotecário Professor Hasselmann, na edição do *Dictionarium* de Ambrósio Calepino, de Paris, 1513, o nome de “Adamastor”. Esse livro foi um dos que



vieram da Real Biblioteca de Lisboa. Assim, continuando embora a crer que foi no Suplemento de Nebrija, de 1545, da autoria de Luís Nunes, que Camões encontrou o seu gigante, pois não consegui ver uma única edição de Claudiano que lhe dê esse nome, antes aparece sempre **Damastor**, tive de reconhecer que a palavra surgira mesmo antes de Ravisius Textor que passava por ser o primeiro a tê-la registrado em 1523. Quanto ao poeta latino de onde foi recolhida, talvez se trate de Sidônio Apolinar, onde de fato ocorre “**Adamastor**”, e não de Claudiano, como todos os dicionários quinhentistas trazem desde este Calepinus de 1513. A menos que a fonte seja uma edição de Claudiano que não consegui encontrar até hoje.

Pelo que acabo de expor, os problemas relativos à cultura de Camões e à maneira como ele a adquiriu, conservou e aumentou permanecem em aberto. Mas uma coisa é certa: Camões deve ter continuado a ler toda a sua vida, onde quer que se encontrasse, e não apenas no anos de Coimbra, pois os livros no século XVI eram menos raros e menos caros do que se pensava no final do século XIX.

A amplitude da cultura camoniana é, todavia, exaltada com conhecimento de causa por Afrânio Peixoto. E em alguns dos ensaios, como nesse valioso “**Camões Médico**”, é exatamente o mestre brasileiro quem melhor põe em relevo a extensão e exatidão do saber do poeta.

Já em questões de tradição literária a habitual prudência de Afrânio no afirmar, e bom-senso no julgar, podem momentaneamente abandoná-lo. É o caso do ensaio sobre “**Camões e Juan de Mena**” em que Afrânio Peixoto filia no poeta castelhano processos retóricos e estilísticos que ambos receberam da poesia latina. E conclui o ensaio, citando os versos do quinhentista Manuel Machado de Azevedo, para aproximar uma vez mais o poeta castelhano e o português:

*Há de desenfrear sua pena  
Como um potro desatado  
Quem quiser ser mais medrado  
Que Camões e João de Mena.*

Decerto, por inadvertência, Afrânio Peixoto termina assim o seu estudo sobre “**Juan de Mena e Luís de Camões**”: “Cito esta ocorrência para terminar — só para sublinhar um fato. É o conhecimento notório do Poeta castelhano, ao qual já se comparava, antes dos **Lusíadas**, o nosso Poeta, a ponto de se juntarem para comparações:

*Quem quiser ser mais medrado  
Que Camões e João de Mena.*

A um século de distância, um do outro, influenciando um sobre o outro: Juan de Mena e Luís de Camões. . .”

Francisco de Sá de Miranda, a quem estes versos são dirigidos, morreu em 1558, quando Camões estava na Índia e era, a bem dizer, um poeta ignorado do público em geral e esquecido da corte em Lisboa. Além disso, os versos não inculcam a miséria dos poetas, pois Juan de Mena foi protegido e acarinhado na corte de Juan II de Castela, o pai de Isabel-a-Católica.

Enfim, encurtando razões, o Camões em questão não é o grande épico português mas possivelmente um seu antepassado, ao que se supõe, Vasco Pires de Camões, fidalgo galego que foi protegido pelo rei D. Fernando de Portugal, mas na crise dos anos oitenta do século XIV se declarou pelo lado de Castela e lá acabou por ficar. Teria vivido, portanto, cerca de duzentos anos antes do seu famoso descendente.

Entretanto, lapsos como este são raros em Afrânio Peixoto, conforme tive ocasião de acentuar no começo da minha palestra.

Um aspecto dos mais fecundos na atividade camoniana do mestre brasileiro reside no gosto de motivar a investigação própria e alheia, nas sugestões que a miúdo faz de que tal ou tal faceta do poeta português se presta a ser explorada num trabalho especial de pesquisa.

Assim, o seu “Virgílio e Camões”, lido em 13 de novembro de 1930, na Academia de Ciências de Lisboa, como “homenagem camoniana ao bimilênario do poeta latino”, é talvez o mais completo estudo de investigação a aproximar o épico quinhentista do seu principal modelo, o épico romano. Mas ao percorrer esse capítulo de *Ensaio Camonianos*, quantas sugestões não ocorrem ao leitor com formação clássica, capazes de motivar a composição de um livro mais completo sobre o mesmo tema!

Esta capacidade de fecundar o espírito alheio, de se tornar semente que não seca, para germinar anos depois, já se verificou, pelo menos, três vezes até hoje.

Refiro-me a três estudos cuja origem pode remontar a capítulos dos *Ensaio Camonianos*. No caso que cito em primeiro lugar, o seu autor reconheceu a prioridade de Afrânio Peixoto. Trata-se do Professor Gilberto de Mendonça Telles que no seu livro *Camões e a Poesia Brasileira*, publicado em 1ª edição em 1973, e recentemente reeditado, menciona o ensaio “Camões e o Brasil”, “de onde tiramos muitas de nossas informações” — como honestamente admite (ed. 1972, p. 140).

Naturalmente, o livro do Prof. Mendonça Telles é muito mais completo do que o artigo de Afrânio Peixoto e corrige-o ocasionalmente.

Um outro livro teve como precursor um capítulo dos *Ensaio Camonianos*, embora a sua autora, a francesa Anne Gallut, apenas cite Afrânio Peixoto para o emendar num pormenor: o Morgado de Mateus não teria vivido no Brasil, quando seu pai era capitão-general de São Paulo, entre 1755 e 1765, mas sim um irmão bastardo, quase seu homônimo.

O capítulo, como estas palavras deixam ver, é “O Morgado de Mateus editor d’Os Lusfadas” e o livro da estudiosa francesa tem o mesmo título, mas em francês: *Le Morgado de Mateus, Editeur des Lusfades*. Trata-se de uma “Thèse de 3<sup>ème</sup> cycle”, apresentada à “Faculté des Lettres et Sciences Humaines” da Universidade de Toulouse, em 1965, antes de ser publicada como livro, em Paris e Lisboa, em 1970. Sugeriu e orientou a tese o Professor Léon Bourdon, então catedrático de Estudos Portugueses e Brasileiros na Sorbonne. Também neste caso, a obra séria de investigação, em 400 páginas, substitui com vantagem o artigo, mas ainda assim eu não prescindiria de ler as dez páginas perpassadas de simpatia e compreensão humana pela nobre figura de Dom José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão (o nome é ligeiramente dife-

rente em Afrânio) e sua mulher, a formosa e famosa Madame Flahaut, depois Madame de Sousa.

Com uma sensibilidade que me parece já tocada do ar do Brasil, não resisti a escrever a lápis na página inicial desse ensaio, no meu exemplar: “Capítulo muito gostoso”.

O ensaio de Afrânio Peixoto consta do texto de uma conferência, pronunciada no Rio de Janeiro em 1 de junho de 1925, exatamente no dia em que fazia um século do falecimento do editor da mais suntuosa e monumental edição de *Os Lusíadas*, até hoje publicada.

O terceiro livro em cuja gênese se encontra um ensaio de Afrânio Peixoto é a tese do Francês Roger Bismut, *La Lyrique de Camões*, publicada em Paris, em 1970. São de Bismut estas palavras, que traduzo do francês, na Introdução do seu livro: “Por outro lado, um brasileiro, devoto de Camões, Afrânio Peixoto, tinha publicado sob o título de *Ensaio Camonianos* uma série de artigos, entre os quais um ensaio “O Parnaso fonte dos Lusíadas”, cujas observações, não obstante serem fragmentárias, haviam de encorajar-nos à pesquisa sistemática de todas as semelhanças entre uma obra e a outra, tanto mais que o autor, na sua conclusão, formulava o voto de que José Maria Rodrigues pudesse, depois da sua notável obra sobre *As Fontes dos Lusíadas*, enriquecer a bibliografia camonianiana com um estudo sobre as fontes camonianas da epopéia, com as quais o seu livro se não tinha preocupado. Se o presente trabalho fosse recebido como tal pelos exegetas de Camões, sentir-nos-íamos feliz de que o voto de Afrânio Peixoto tenha recebido uma realização póstuma e que nos tenha cãbido completar, em vez de José Maria Rodrigues, o que a morte não consentiu que ele próprio levasse a bom fim. Afrânio Peixoto tinha mesmo pressentido que este estudo poderia conduzir a um reexame crítico de todas as obras atribuídas a Camões, em qualquer época, e que o maior ou menor número de aproximações com os *Lusíadas* que poderiam operar-se numa obra lírica controversa constituiria um critério não despreciando de autenticidade dessa peça. Uma tal circunstância não podia senão reforçar a nossa decisão de prosseguir as pesquisas nesse sentido” (p. 9).

Esta longa citação de Roger Bismut, notável pela franqueza e honestidade com que se confessa devedor a Afrânio Peixoto da sugestão inicial de uma parte importante da tese que é até hoje o seu principal trabalho de lusitanista, esta longa citação — repito — tinha de ser feita aqui.

Mas Bismut esquece-se de mencionar que Afrânio Peixoto, embora de passagem, tinha postulado, como condição para se realizar esse trabalho de cotejo entre a lírica e a épica camonianas, a existência de uma edição crítica da lírica, do *Parnaso*, que oferecesse razoável margem de confiança de que as peças nela contidas pertenciam de fato a Camões.

Afrânio escrevera, com efeito: “Seria talvez um volume a fazer, e se fará, quando tivermos um “cãnon” do *Parnaso*, que nos promete e nos dará o Dr. José Maria Rodrigues; será um volume segundo das suas *Fontes dos Lusíadas*, onde o Camões lírico não pôde ser contemplado” (*Estudos*, p.90).

Ora nem a edição de José Maria Rodrigues nem outras posteriores conseguiram estabelecer o cãnone incontestado da lírica camonianiana. E o tipo de aproximações que Bismut estabelece, por vezes baseadas apenas na existên-

cia de uma palavra comum entre versos hipoteticamente camonianos e *Os Lusíadas*, parece mais trabalho de computador mecanicamente insensível do que operação de um espírito humano, dotado não apenas de memória, mas também de inteligência e sensibilidade.

E, como classicista, não posso deixar de recordar um exemplo tirado de outro campo, aliás muito afim da cultura camonianiana. Ocorre-me o que se passou com a chamada *Appendix Vergiliana*, coletânea de dezenove poemas anônimos que foram atribuídos a Virgílio, depois da sua morte, pelas semelhanças que revelavam com a obra autenticamente virgiliana. Hoje sabe-se que, na maior parte, foram compostos à imitação de Virgílio por poetas menores, imbuídos do vocabulário e do estilo do Mantuano.

Do mesmo modo, quantos desses versos, hipoteticamente camonianos por semelhança mais ou menos vaga com os da epopéia, não serão obra de imitadores, o chamado “pastiche”?

O processo é, portanto, altamente falível e é pena que o Professor Bismut, no seu entusiasmo ordenatório ou computatorial, esteja neste momento generalizando prática tão discutível a outros autores além de Camões, sem proveito nem para eles nem para si próprio.

Mas regressemos a Afrânio Peixoto e ao significado atual dos seus *Ensaio Camonianos*.

O mestre brasileiro deu-se conta de que a mensagem do poeta quinhentista não é apenas estética, mas impregnou, desde os anos catastróficos do fim do século XVI, o melhor da vida intelectual e afetiva do povo português.

Luís de Camões foi um arauto da energia criadora e do culto da vontade. Não termina ele o canto IX, aquele em que se encontra a Ilha dos Amores, episódio de sã alegria de viver renascentista, ao mesmo tempo que alegoria espiritual, com a exaltação da força de vontade?

Recordo os versos finais do canto IX, tantas vezes mal compreendidos:

*Impossibilidades não façais,  
Que quem quis sempre pôde; e numerados  
Sereis entre os heróis esclarecidos  
E nesta Ilha de Vênus recebidos.*

Aqui “Impossibilidades não façais” significa “não crieis, não inventeis impossibilidades ou obstáculos, como desculpa para a inação”:

*Impossibilidade não façais,  
Que quem quis sempre pôde . . .*

Afrânio Peixoto entendeu bem este aspecto da mensagem camonianiana em que insistiu em ocasiões diversas, mas sobretudo nas conferências “Camões poeta escolar. A Direção da Mocidade” e “Camões, poeta social”, esta última pronunciada aqui no Real Gabinete, em 10 de junho de 1933.

Nelas, faz a demonstração de que se pode ver no épico um poeta preocupado com os humildes e com a justiça social, com a recompensa devida ao valor próprio e não pelo prestígio dos antepassados, com a exaltação da constância no esforço e da persistência na adversidade:

*Que assi vai alternando o tempo iroso  
O bem co mal, o gosto co a tristeza.  
Quem viu sempre um estado deleitoso?  
Ou quem viu em Fortuna haver firmeza?.* (IV, 51)

**Mas Camões é também o poeta da esperança:**

*Despois de procelosa tempestade,  
Nocturna sombra e sibilante vento,  
Traz a manhã serena claridade;  
Esperança de porto e salvamento.* (IV, 1)